

The logo for LGfL, consisting of the letters 'LGfL' in white, bold, sans-serif font, centered within a solid red rectangular background.

**Brazilian Portuguese translation of:
Keeping children safe in education
Statutory guidance for schools and colleges
Part 1: Information for all school and college staff**

Mantendo as crianças seguras na educação

**Orientação estatutária para
escolas e colégios**

**Parte 1: Informações para toda a
equipe de escolas e colégios**

Setembro de 2018

Conteúdo

Resumo	3
Parte um: Proteger informações de toda a equipe	4
O que as equipes de escolas e colégios devem saber e fazer	4
Uma abordagem centrada em crianças e coordenada para a proteção	4
O papel da equipe da escola e do colégio	4
O que as equipes de escolas e colégios precisam saber	5
Ao que as equipes de escolas e colégios devem estar atentas	6
O que as equipes de escolas e colégios devem fazer se tiverem preocupações sobre uma criança	7
Dever de denúncia obrigatória de mutilação genital feminina para professores	10
Manutenção de registros	10
Por que tudo isso é importante?	10
O que as equipes de escolas e colégios devem fazer se tiverem preocupações sobre outro membro da equipe que possa representar uma ameaça às crianças	11
O que as equipes de escolas e colégios devem fazer se tiverem preocupações sobre as práticas de proteção dentro da escola ou do colégio	11
Indicadores de abuso e negligência	13
Problemas específicos de proteção	14
Anexo A: Mais informações	15
Crianças e o sistema judiciário	16
Crianças ausentes na educação	16
Crianças com familiares na prisão	16
Exploração sexual de crianças	16
Exploração criminal de crianças: linhas municipais	17
Abuso doméstico	18
Situação de rua	19
A chamada violência "baseada na honra"	19
Prevenção da radicalização	21
Abuso por colegas	23
Violência sexual e assédio sexual entre crianças em escolas e colégios	23
O que é violência sexual e assédio sexual?	24
Orientação e suporte adicionais	26

This publication is translated from the Department for Education document 'Keeping Children Safe in Education' available from [gov.uk](https://www.gov.uk) which is licensed under the terms of the Open Government Licence v3.0.

This translation was carried out by a professional linguist with secondary proofing. However, the original English version should be treated as the official source of statutory school staff duties.

Resumo

"Mantendo as crianças seguras na educação" é uma orientação estatutária que as escolas e os colégios na Inglaterra devem levar em consideração ao realizar seus deveres de proteger e promover o bem-estar das crianças.

- Órgãos reguladores de escolas, pré-escolas e colégios municipais;
- Proprietários de escolas particulares (incluindo escolas estatais, escolas gratuitas e escolas estatais de provimento alternativo) e escolas especiais não municipais. No caso de escolas estatais, escolas gratuitas e escolas estatais de provimento alternativo, o proprietário será o fiduciário da escola; e
- Os comitês de gestão de unidades de reintegração de alunos (PRUs)

são solicitados a garantir que **toda a equipe** na escola ou no colégio **leia** pelo menos a Parte um da orientação.

Para facilitar a referência, a Parte um é estabelecida aqui como um documento independente.

Parte um: Proteger informações de toda a equipe

O que as equipes de escolas e colégios devem saber e fazer

Uma abordagem centrada em crianças e coordenada para a proteção

1. Escolas e colégios e suas equipes são uma parte importante do sistema de proteção mais amplo para crianças. Esse sistema é descrito na orientação estatutária (Trabalhando juntos para proteger as crianças). [Working Together to Safeguard Children](#).
2. Proteger e promover o bem-estar de crianças é responsabilidade de **todos**. **Todos** que entram em contato com crianças e seus familiares têm um papel a desempenhar. Para cumprir essa responsabilidade de maneira eficaz, todos os profissionais devem garantir que sua abordagem seja centrada em crianças. Isso significa que devem considerar sempre o que é **melhor** para as crianças.
3. Nenhum profissional sozinho pode ter um panorama completo das circunstâncias e necessidades de uma criança. Para que as crianças e seus familiares recebam a ajuda certa na hora certa, **todos** que entram em contato com eles precisam desempenhar um papel na identificação de preocupações, no compartilhamento de informações e na prontidão para agir.
4. A proteção e a promoção do bem-estar das crianças são definidas para os fins desta orientação como:
 - proteger as crianças contra maus-tratos
 - prevenir que o desenvolvimento ou a saúde das crianças sejam comprometidos
 - garantir que as crianças cresçam em circunstâncias consistentes com o provimento de assistência segura e eficiente
 - agir para possibilitar que todas as crianças tenham os melhores resultados
5. Crianças incluem todas as pessoas com menos de 18 anos.

O papel da equipe da escola e do colégio

6. As equipes de escolas e colégios são particularmente importantes, uma vez que estão posicionadas para identificar preocupações cedo, prestar ajuda a crianças e prevenir a escalação de preocupações.
7. **Toda** a equipe é responsável por proporcionar um ambiente seguro em que as crianças possam aprender e **toda** a equipe deve estar preparada para identificar crianças que possam se beneficiar de ajuda precoce.¹ Ajuda precoce significa prestar suporte

assim que surge um problema em qualquer momento da vida de uma criança, dos anos iniciais à adolescência.

8. **Qualquer membro da equipe** que esteja preocupado com o bem-estar de uma criança deve seguir os processos de encaminhamento estabelecidos nos parágrafos 22-33. A equipe deve oferecer suporte a assistentes sociais e outras agências após qualquer encaminhamento.

9. Todas as escolas e colégios devem ter um líder de proteção designado que preste suporte à equipe para realizar seus deveres de proteção e que se relacione fortemente com outros serviços, como assistência social da criança.

10. O líder de proteção designado (e quaisquer representantes) provavelmente terá um panorama completo de proteção e será a pessoa mais adequada para aconselhar sobre a resposta a preocupações relativas à proteção.

11. As Normas para professores 2012 determinam que professores (incluindo os diretores) devem proteger o bem-estar das crianças e manter a confiança pública na profissão de professor como parte de seus deveres profissionais.²

O que as equipes de escolas e colégios precisam saber

12. **Toda** a equipe deve estar ciente de sistemas dentro da escola ou do colégio que apoiam a proteção, e eles devem ser explicados como parte da indução da equipe. Isso deve incluir:

- a política de proteção de crianças;
- a política de comportamento;³
- a política de comportamento da equipe (às vezes chamada de código de conduta);
- a resposta de proteção a crianças que estão ausentes da educação; e
- o papel do líder de proteção designado (incluindo sua identidade e a de quaisquer substitutos).

Cópias de políticas e uma cópia da Parte um deste documento devem ser fornecidas à equipe na indução.

¹ Informações detalhadas sobre ajuda precoce podem ser encontradas no Capítulo 1 de [Working Together to Safeguard Children](#) (Trabalhando juntos para proteger as crianças).

² As [Teachers' Standards](#) (Normas para professores) se aplicam a trainees trabalhando para QTS, todos os professores que estejam concluindo o período de indução estatutária (professores recém-qualificados [NQTs]) e professores em escolas municipais, incluindo escolas especiais municipais, que estão sujeitos aos Regulamentos de educação (avaliação dos professores da escola) (Inglaterra) de 2012.

³ Todas as escolas devem ter uma política de comportamento (detalhes completos podem ser encontrados [aqui](#)). Se um colégio escolher ter uma política de comportamento, ela deverá ser fornecida à equipe conforme descrito acima.

13. **Toda** a equipe deve receber o treinamento de proteção às crianças adequado, que é atualizado regularmente. Além disso, toda a equipe deve receber atualizações de proteção às crianças (por exemplo, por e-mail, boletins eletrônicos e reuniões de equipe) conforme necessário e pelo menos anualmente para fornecer as habilidades e o conhecimento relevantes para proteger as crianças de maneira eficaz.

14. **Toda** a equipe deve estar ciente de seu processo de ajuda precoce⁴ local e entender seu papel nele.

15. **Toda** a equipe deve estar ciente do processo de fazer encaminhamentos à assistência social da criança e avaliações estatutárias sob a Lei da criança de 1989, especialmente a seção 17 (crianças carentes) e a seção 47 (crianças sofrendo ou que provavelmente sofrerão ameaças significativas), que possam vir após um encaminhamento, junto com o papel que se possa esperar que desempenhem em tais avaliações.⁵

16. **Toda** a equipe deverá saber o que fazer se uma criança disser que está sofrendo abuso ou negligência. A equipe deve saber como gerenciar a exigência de manter um nível de confidencialidade adequado. Isso significa envolver apenas aqueles que precisam ser envolvidos, como o líder de proteção designado (ou um substituto) e a assistência social da criança. A equipe nunca deve prometer a uma criança que não contará a ninguém sobre um relato de abuso, pois isso pode, no final, não ser o melhor para a criança.

Ao que as equipes de escolas e colégios devem estar atentas

17. **Qualquer** criança pode se beneficiar de ajuda precoce, mas toda a equipe da escola e do colégio deve estar particularmente alerta à potencial necessidade de ajuda precoce para uma criança que:

- seja deficiente e tenha necessidades específicas adicionais
- tenha necessidades especiais em termos de educação (tenha ela ou não um plano de educação, saúde e atendimento estatutário)
- seja um jovem cuidador
- mostre sinais de que está sendo levada a um comportamento antissocial ou criminoso, incluindo envolvimento com gangues e associação a grupos de crime organizado
- esteja frequentemente faltando/desapareça do atendimento ou de casa

⁴ Informações detalhadas sobre ajuda precoce podem ser encontradas no Capítulo 1 de [Working Together to Safeguard Children](#) (Trabalhando juntos para proteger as crianças).

⁵ Mais informações sobre avaliações estatutárias estão incluídas no parágrafo 28. Informações detalhadas sobre avaliações estatutárias podem ser encontradas no Capítulo 1 de [Working Together to Safeguard Children](#) (Trabalhando juntos para proteger as crianças).

- esteja em risco de ser submetida a escravidão moderna, tráfico ou exploração
- esteja em risco de ser radicalizada ou explorada
- esteja em uma circunstância familiar que apresente desafios para a criança, como abuso de drogas e álcool, problemas de saúde mental do adulto e abuso doméstico
- esteja consumindo drogas ou álcool
- tenha deixado o atendimento e voltado para casa
- seja uma criança em adoção temporária em caráter privado

18. **Toda** a equipe deve estar ciente de indicadores de abuso e negligência para que possa identificar casos de crianças que possam precisar de ajuda ou proteção. Indicadores de abuso e negligência e exemplos de problemas de proteção são descritos nos parágrafos 41 a 51.

19. A orientação departamental [What to Do if You Are Worried a Child is Being Abused – Advice for Practitioners](#) (O que fazer se você suspeitar que uma criança está sofrendo abuso – Orientação para profissionais) fornece mais informações sobre como entender e identificar abuso e negligência. Exemplos de possíveis indicadores de abuso e negligência são destacados ao longo da orientação e serão particularmente úteis para as equipes de escolas e colégios. O site da [NSPCC](#) também apresenta informações adicionais úteis sobre abuso e negligência e ao que estar atento.

20. A equipe trabalhando com crianças é aconselhada a manter uma atitude do tipo "**poderia acontecer aqui**" no que se refere à proteção. Quando preocupada com o bem-estar de uma criança, a equipe deve sempre agir pensando no **melhor** para a criança.

21. Saber o que buscar é essencial para a identificação precoce de abuso e negligência. Se a equipe não tiver certeza, ela **sempre** deverá falar com o líder de proteção designado (ou substituto).

O que as equipes de escolas e colégios devem fazer se tiverem preocupações sobre uma criança

22. Se a equipe tiver **qualquer preocupação** sobre o bem-estar de uma criança, ela deve agir imediatamente a respeito. Veja a página 13 para um fluxograma definindo o processo para a equipe quando ela tiver preocupações sobre uma criança.

23. Se a equipe tiver uma preocupação, ela deverá seguir a política de proteção à criança da própria organização e falar com o líder de proteção designado (ou substituto).

24. As opções incluirão:

- gerenciar qualquer suporte para a criança internamente por meio dos processos de suporte pastorais da própria escola ou colégio;
- uma avaliação de ajuda precoce;⁶ ou
- um encaminhamento para serviços estatutários,⁷ por exemplo, uma vez que a criança pode estar carente, estar em risco ou em provável iminência de risco.

25. O líder de proteção designado ou um substituto deve sempre estar disponível para discutir preocupações relativas à proteção. Se, em circunstâncias excepcionais, o líder de proteção designado (ou substituto) não estiver disponível, isso não deverá atrasar a ação adequada que estiver sendo tomada. A equipe deve considerar falar com um membro da equipe de liderança sênior e/ou obter orientação da assistência social da criança local. Nessas circunstâncias, qualquer ação tomada deve ser compartilhada com o líder de proteção designado (ou substituto) assim que for viável.

26. A equipe não deve presumir que um colega ou outro profissional vá agir e compartilhar informações que possam ser cruciais para manter as crianças seguras. Todos devem estar cientes de que compartilhamento precoce de informações é fundamental para a identificação, a avaliação e a alocação efetivas da prestação de serviços adequada. [Information Sharing: Advice for Practitioners Providing Safeguarding Services to Children, Young People, Parents and Carers](#) (Compartilhamento de informações: orientação para profissionais prestando serviços de proteção a crianças, jovens, pais e cuidadores) apoia a equipe que precisa tomar decisões sobre o compartilhamento de informações. Essa orientação inclui as sete regras de ouro para compartilhar informações e considerações quanto à Lei de proteção de dados de 2018 e o Regulamento geral de proteção de dados (GDPR). Se tiver qualquer dúvida sobre o compartilhamento de informações, a equipe deverá falar com o líder de proteção designado ou um substituto. **Não se deve** permitir que medos sobre o compartilhamento de informações fiquem no caminho da necessidade de promover o bem-estar e de proteger a segurança das crianças.

⁶ Mais informações sobre avaliações de ajuda precoce, prestação de serviços de ajuda precoce e serviços de acesso são apresentadas no Capítulo 1 de [Working Together to Safeguard Children](#) (Trabalhando juntos para proteger as crianças).

⁷ O Capítulo 1 de [Working Together to Safeguard Children](#) (Trabalhando juntos para proteger as crianças) estabelece que os parceiros de proteção devem publicar um documento de limite incluindo os critérios, inclusive o nível de necessidade, de quando um caso deve ser encaminhado à assistência local da criança da autoridade local para avaliação e para serviços estatutários sob as seções 17 e 47.

Autoridades locais, com seus parceiros, devem desenvolver e publicar protocolos locais para avaliação. Um protocolo local deve estabelecer disposições claras de como os casos serão gerenciados depois que uma criança for encaminhada à assistência social da criança da autoridade local.

Ajuda precoce

27. Se ajuda precoce for adequada, o líder de proteção designado (ou substituto) geralmente lidera em associação a outras agências e estabelecerá uma avaliação entre agências conforme adequado. A equipe pode ser solicitada a apoiar outros profissionais e agências em uma avaliação de ajuda precoce, em alguns casos agindo como o profissional líder. Qualquer um desses casos deve ser mantido sob análise constante e consideração de encaminhamento à assistência social da criança para avaliação de serviços estatutários, se a situação da criança não estiver dando sinais de melhora ou se estiver piorando.

Avaliações estatutárias

28. **Quando uma criança está sofrendo ou provavelmente sofrerá danos, é importante que um encaminhamento a um assistente social da criança (e, se adequado, à polícia) seja feito imediatamente.** Os encaminhamentos devem seguir o processo de encaminhamento local.

Crianças carentes

Uma criança carente é definida sob a Lei da criança de 1989 como uma criança que tem baixa probabilidade de atingir ou manter um nível de saúde ou desenvolvimento razoável ou cuja saúde e desenvolvimento têm alta probabilidade de ser prejudicados de modo significativo ou no futuro, sem a prestação de serviços ou, ainda, uma criança deficiente. As autoridades locais devem prestar serviços para crianças carentes com o objetivo de protegê-las e promover o bem-estar delas. Crianças carentes podem ser avaliadas conforme a seção 17 da Lei da criança de 1989.

Crianças que estejam sofrendo ou que provavelmente sofrerão danos significativos

As autoridades locais, com ajuda de outras organizações conforme adequado, têm o dever de fazer investigações conforme a seção 47 da Lei da criança de 1989 caso tenha motivo razoável para suspeitar que uma criança esteja sofrendo ou que provavelmente sofrerá danos significativos. Essas investigações permitem às autoridades decidir se devem realizar qualquer ação para proteger e promover o bem-estar da criança e devem ser iniciadas no local em que haja preocupações sobre maus-tratos, incluindo todas as formas de abuso e negligência, mutilação genital feminina ou outra violência "baseada na honra", além de ameaças externas à família, como radicalização e exploração sexual.

29. A ferramenta on-line [Report Child Abuse to Your Local Council](#) (Denunciar abuso infantil ao conselho local) direciona para o número de contato da assistência social da criança local relevante.

O que a autoridade local fará?

30. Dentro de um dia útil de um encaminhamento, um assistente social da autoridade local deve confirmar o recebimento ao responsável pelo encaminhamento e tomar uma decisão sobre as próximas etapas e o tipo de resposta necessário. Isso incluirá determinar se:

- a criança requer proteção imediata e é necessário ação urgente
- a criança está carente e deve ser avaliada conforme a seção 17 da Lei da criança de 1989
- há motivo razoável para suspeitar que a criança esteja sofrendo ou provavelmente sofrerá danos significativos e se investigações devem ser feitas e a criança, avaliada sob a seção 47 da Lei da criança de 1989
- quaisquer serviços de que a criança e a família precisem e que tipo de serviços
- mais avaliações de especialistas são necessárias para ajudar a autoridade local a decidir que outras ações tomar
- é necessário ver a criança assim que possível se for tomada a decisão de que o encaminhamento requer mais avaliação.

31. O responsável pelo encaminhamento deve acompanhar se essas informações não forem disponibilizadas.

32. Se os assistentes sociais decidirem realizar uma avaliação estatutária, a equipe deverá fazer tudo o que puder para apoiar essa avaliação (apoiada pelo líder de proteção designado, ou substituto, conforme necessário).

33. Se, após um encaminhamento, a situação da criança não parecer estar melhorando, o responsável pelo encaminhamento deverá considerar seguir procedimentos de escalonamento locais para garantir que suas preocupações tenham sido abordadas e, mais importante, que a situação da criança melhore.

Dever dos professores de denúncia obrigatória de mutilação genital feminina

34. Embora toda a equipe deva falar com o líder designado (ou substituto) com relação a quaisquer preocupações sobre mutilação genital feminina (MGF), há um dever **legal** específico dos **professores**.⁸ Se um **professor**, durante o exercício de sua profissão, descobrir que um ato de MGF pode ter sido realizado em uma menina de menos de 18 anos, o professor **deverá** denunciar isso à polícia. **Veja o Anexo A** para mais detalhes.

⁸ Sob a Seção 5B(11) (a) da Lei de mutilação genital feminina de 2003, "professor" significa, em relação à Inglaterra, uma pessoa dentro da seção 141A(1) da Lei de educação de 2002 (pessoas empregadas ou envolvidas em realizar trabalho de ensino em escolas e outras instituições na Inglaterra).

Manutenção de registros

35. Todas as preocupações, discussões e decisões tomadas, e os motivos para tais decisões, devem ser registradas por escrito. Em caso de dúvida sobre as exigências de registro, a equipe deve discutir com o líder de proteção designado (ou substituto).

Por que tudo isso é importante?

36. É importante que as crianças recebam a ajuda certa na hora certa para abordar riscos e prevenir a escalada dos problemas. Revisões de casos sérios e pesquisas mostraram repetidamente os perigos de falhar em tomar providências efetivas.⁹ Exemplos de práticas inadequadas incluem:

- falha em agir e encaminhar os sinais precoces de abuso e negligência;
- manutenção de registros inadequada;
- falha em ouvir os pontos de vista da criança;
- falha em reavaliar preocupações quando as situações não melhorarem;
- não compartilhar informações;
- compartilhar informações devagar demais; e
- não contestar aqueles que parecem não estar agindo.

O que as equipes de escolas e colégios devem fazer se tiverem preocupações sobre outro membro da equipe representar um risco de danos às crianças

37. Se a equipe tiver preocupações relativas à proteção ou se for feita uma alegação de que outro membro ou equipe (incluindo voluntários) impõe um risco de danos às crianças:

- isso deverá ser encaminhado ao diretor ou reitor;
- quando houver preocupações/alegações sobre o diretor ou reitor, isso deve ser encaminhado para o presidente dos diretores, presidente do comitê de gestão ou proprietário de uma escola particular; e
- no caso de preocupações/alegações sobre o diretor, em que o diretor também seja o único proprietário de uma escola particular, as alegações devem ser relatadas diretamente ao funcionário designado da autoridade local. (A Parte quatro desta orientação apresenta mais detalhes.)

⁹ Uma análise de revisões de casos graves pode ser encontrada em [Serious case reviews, 2011 to 2014](#) (Revisões de casos graves, 2011 a 2014).

O que as equipes de escolas e colégios devem fazer se tiverem preocupações sobre as práticas de proteção dentro da escola ou do colégio

38. Toda a equipe e os voluntários devem se sentir aptos a levantar preocupações sobre práticas inadequadas ou inseguras e possíveis falhas no regime de proteção da escola ou do colégio e saber que tais preocupações serão levadas a sério pela equipe de liderança sênior.

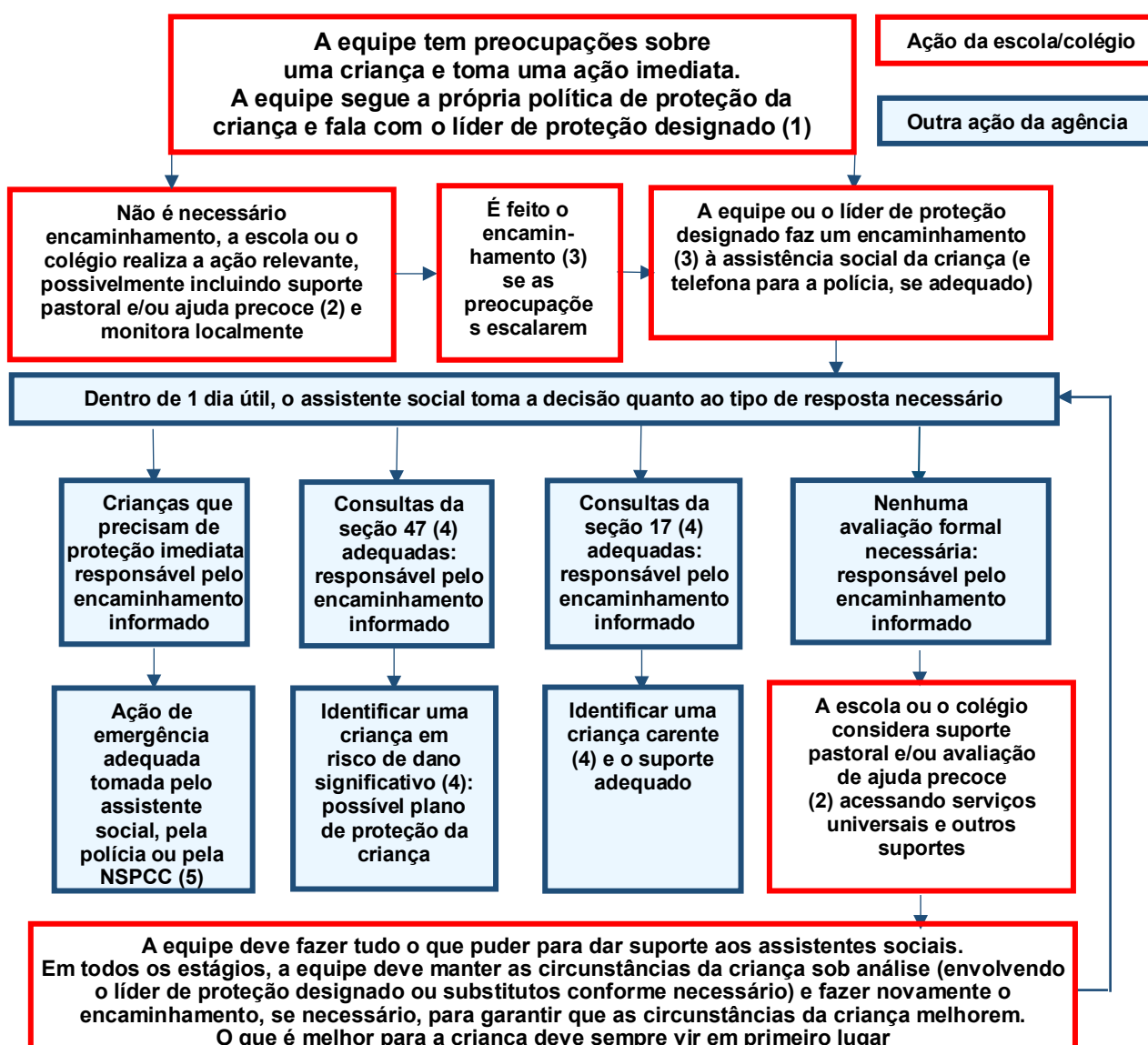
39. Procedimentos de denúncia adequados devem ser estabelecidos para tais preocupações serem levantadas com a equipe de liderança sênior da escola ou do colégio.

40. Quando um membro da equipe sente que não pode levantar uma questão com seu empregador ou que suas preocupações genuínas não estão sendo abordadas, outros canais de denúncia devem estar abertos a ele:

- Orientações gerais sobre denúncias podem ser encontradas em: [Advice on Whistleblowing](#). (Orientação sobre denúncias).
- A [NSPCC whistleblowing helpline](#) (Linha direta de denúncia da NSPCC) está disponível como uma via alternativa para membros da equipe que não se sentirem aptos a levantar preocupações sobre falhas de proteção da criança internamente ou tiverem preocupações sobre a maneira como uma preocupação está sendo tratada pela escola ou pelo colégio. A equipe pode telefonar para 0800 028 0285 – a linha está disponível das 8h às 20h, de segunda a sexta, e por e-mail: help@nspcc.org.uk¹⁰

¹⁰ Como alternativa, a equipe pode escrever para: National Society for the Prevention of Cruelty to Children (NSPCC), Weston House, 42 Curtain, Road, Londres EC2A 3NH.

Ações para quando há preocupações sobre uma criança



(1) Para casos que envolvam também uma preocupação ou alegação de abuso contra um membro da equipe, veja a Parte quatro desta orientação.

(2) Ajuda precoce significa prestar suporte assim que surge um problema em qualquer momento da vida de uma criança. Quando uma criança se beneficiaria de ajuda precoce coordenada, uma avaliação entre agências de ajuda precoce deve ser providenciada. O capítulo 1 de [Working Together to Safeguard Children](#) (Trabalhando juntos para proteger as crianças) fornece orientação detalhada sobre o processo de ajuda precoce.

(3) Os encaminhamentos devem seguir o processo estabelecido no documento de limite local e no protocolo local para avaliação. Capítulo 1 de [Working Together to Safeguard Children](#) (Trabalhando juntos para proteger as crianças).

(4) Sob a Lei da criança de 1989, as autoridades locais devem prestar serviços para crianças carentes com o objetivo de protegê-las e promover o bem-estar delas. Crianças carentes podem ser avaliadas conforme a seção 17 da Lei da criança de 1989. Na seção 47 da Lei da criança de 1989, quando uma autoridade local tiver motivo razoável para suspeitar que uma criança esteja sofrendo ou que provavelmente sofrerá danos significativos, ela tem o dever de fazer investigações para decidir se tomará uma providência para proteger ou promover o bem-estar da criança. Detalhes completos estão no Capítulo 1 de [Working Together to Safeguard Children](#) (Trabalhando juntos para proteger as crianças).

(5) Isso poderia incluir a solicitação de Tutela antecipada emergencial (EPO).

Indicadores de abuso e negligência

41. Todas as equipes de escolas e colégios devem estar cientes de que questões de abuso, negligência e proteção raramente são eventos isolados que podem ser classificados em uma definição ou rótulo. Na maioria dos casos, diversos problemas vão se sobrepor.

42. **Abuso:** uma forma de maus-tratos infantis. Alguém pode abusar ou negligenciar uma criança causando danos ou falhando em agir para prevenir danos. As crianças podem sofrer abusos em família ou em um ambiente de comunidade ou instituição por pessoas que elas conhecem ou, mais raramente, por outros. O abuso pode ocorrer totalmente on-line ou a tecnologia pode ser usada para promover o abuso off-line. As crianças podem sofrer abusos cometidos por um ou mais adultos ou por uma ou mais crianças.

43. **Abuso físico:** uma forma de abuso que pode envolver bater, sacudir, jogar, envenenar, queimar ou escaldar, afogar, sufocar ou causar de outra forma dano físico a uma criança. Dano físico também pode ser causado quando um pai ou cuidador causa os sintomas ou induz deliberadamente uma doença em uma criança.

44. **Abuso emocional:** maus-tratos emocionais persistentes de uma criança que podem causar efeitos graves e adversos sobre o desenvolvimento emocional de uma criança. Pode envolver transmitir à criança a ideia de que ela não tem valor ou não é amada, é inadequada ou apenas tem valor na medida em que atende às necessidades de outra pessoa. Pode incluir não dar à criança oportunidades para expressar seus pontos de vista, silenciá-la deliberadamente ou "tirar sarro" do que ela diz ou de como se comunica. Pode incluir também a imposição de expectativas inadequadas de desenvolvimento ou a idade à criança. Pode incluir interações que estão além da capacidade de desenvolvimento da criança, bem como superproteção e limitação de exploração e aprendizado ou criação de obstáculos à participação da criança em interações sociais normais. Pode envolver ouvir ou ver os maus-tratos de outros. Pode envolver bullying grave (incluindo bullying on-line), fazendo as crianças se sentirem frequentemente assustadas ou em perigo, ou exploração ou corrupção de menores. Algum nível de abuso emocional está envolvido em todos os tipos de maus-tratos de uma criança, embora possa ocorrer sozinho.

45. **Abuso sexual:** envolve forçar ou seduzir uma criança ou adolescente a participar de atividades sexuais, não necessariamente envolvendo um alto nível de violência, esteja a criança ciente ou não do que está acontecendo. As atividades podem envolver contato físico, incluindo violação por penetração (por exemplo, estupro ou sexo oral) ou atos sem penetração, como masturbação, beijos, fricção ou toques por cima das roupas. Também pode incluir atividades sem contato, como fazer com que crianças vejam ou produzam imagens sexuais, assistam a atividades sexuais, incentivar crianças a se comportarem de maneira sexualmente inadequada ou arrumar uma criança em preparação para abuso. O abuso sexual pode ocorrer on-line e a tecnologia pode ser usada para promover o abuso off-line. Abuso sexual não é cometido apenas por homens adultos. Mulheres também podem cometer atos de abuso sexual, assim como outras crianças. O abuso sexual de crianças por outras crianças é um problema de proteção específico na educação (veja o parágrafo 48).

46. **Negligência:** a falha persistente em atender às necessidades físicas e/ou psicológicas básicas de uma criança, com alta probabilidade de resultar em prejuízo grave da saúde ou do desenvolvimento da criança. A negligência pode ocorrer durante a gestação, por exemplo, em decorrência de abuso de substâncias por parte da mãe. Quando uma criança nasce, a negligência pode envolver um pai ou cuidador falhar em: fornecer alimentos, vestuário e abrigo adequados (incluindo expulsão de casa ou abandono); proteger a criança contra danos ou perigos físicos e emocionais; garantir supervisão adequada (incluindo o uso de cuidadores inadequados); ou garantir o acesso a tratamento ou cuidados médicos adequados. Também pode incluir negligência ou deixar de atender às necessidades emocionais básicas de uma criança.

Problemas específicos de proteção

47. **Toda** a equipe deve ter consciência de problemas de proteção que possam colocar uma criança em risco. Comportamentos vinculados a problemas como consumo de drogas, abuso de álcool, deliberadamente não fornecer educação e enviar mensagens de teor sexual (também conhecido como imagens sexuais produzidas por jovens) colocam as crianças em perigo.

48. **Toda** a equipe deve estar ciente de que problemas de proteção podem se manifestar por meio de abuso por colegas. Isso provavelmente incluirá, entre outros:

- bullying (incluindo bullying on-line);
- abuso físico, como bater, chutar, sacudir, morder, puxar os cabelos ou causar dano físico de outra forma;
- violência sexual e assédio sexual;
- envio de mensagens com teor sexual (também conhecida como imagens sexuais produzidas por jovens); e

- rituais e violência do tipo trote/iniciação.

49. **Toda** a equipe deve saber claramente os procedimentos e as políticas da escola ou do colégio com relação a abuso por colegas.

50. Incidentes e/ou comportamentos de proteção podem ser associados a fatores fora da escola ou colégio e/ou podem ocorrer entre crianças fora da escola ou do colégio. Toda a equipe, mas especialmente o líder de proteção designado (e substitutos), deve considerar o contexto dentro do qual tais incidentes e/ou comportamentos ocorreram. Isso é conhecido como proteção contextual, que significa simplesmente que as avaliações das crianças devem considerar se há fatores ambientais mais amplos presentes na vida da criança que sejam uma ameaça ao seu bem-estar e/ou segurança. As avaliações de assistência social da criança devem considerar esses fatores; por isso, é importante que escolas e colégios forneçam o máximo de informações possível como parte do processo de encaminhamento. Isso permitirá que qualquer avaliação considere todas as evidências disponíveis e o contexto completo do abuso. Informações adicionais sobre proteção contextual estão disponíveis aqui: [Contextual Safeguarding](#) (Proteção contextual).

51. O **Anexo A** contém informações adicionais importantes sobre formas específicas de abuso e questões de proteção. Líderes de escolas e colégios e membros da equipe que trabalham diretamente com crianças devem ler o anexo.